

**VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE TRADICIONAL PARA O
FORTALECIMENTO DA GESTÃO COMUNITÁRIA NA RESEX SÃO JOÃO
DA PONTA-PA: UMA EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE DO AÇU.**

**VALUATION OF TRADITIONAL IDENTITY FOR STRENGTHENING OF
COMMUNITY MANAGEMENT IN RESEX SÃO JOÃO DA PONTA-PA: AN
EXPERIENCE IN THE COMMUNITY AÇU.**

Amanda Cristina Oliveira Gonçalves

PPGEO/UFPA

ccb_amanda@hotmail.com

Viviane Correa Santos

PPGEO/UFPA

viviufpa2004@yahoo.com.br

Ana Paula Pereira Costa

FGC/UFPA

ana.costa@ifch.ufpa.br

Márcia Aparecida da Silva Pimentel

FGC/UFPA

mapimentel@ufpa.br

RESUMO: O presente trabalho é resultado de oficinas ocorridas na RESEX Marinha de São João da Ponta, atividades que tinham como intenção criar o debate sobre a importância da manutenção e desenvolvimento da RESEX para as comunidades que moram em sua adjacência, isto é, os povos considerados tradicionais, bem como a relevância desta unidade de conservação para fortalecer o uso sustentável dos recursos demonstrado em práticas que são passadas de geração em geração dessas comunidades. Em meio a esse processo se deu a importância das discussões sobre o papel desses povos tradicionais como co-gestores na RESEX Marinha de São João da Ponta, como novo papel que os pescadores e/ou extrativistas passam a ter no cenário de transformações na organização do território no campo.

Palavras-chave: São João da Ponta, Comunidades tradicionais, Co-gestão

ABSTRACT: This work is the result of workshops that took place in RESEX marine of São João da Ponta, activities that were intended to create the discussion about the importance of maintenance and development of extractive reserves for communities living in its vicinity, that is, people are considered traditional as well as the relevance of this conservation unit to strengthen the sustainable use of proven practices that are passed from generation to generation in these communities. In the midst of this process was the importance of discussions on the role of traditional peoples as co-managers in the Marine Extractive Reserve of São João da Ponta, as the new role that the fishermen and / or extraction are replaced on the set of transformations in the organization of territory in the field.

Key-Words: São João da Ponta, Traditional Communities, Co-management

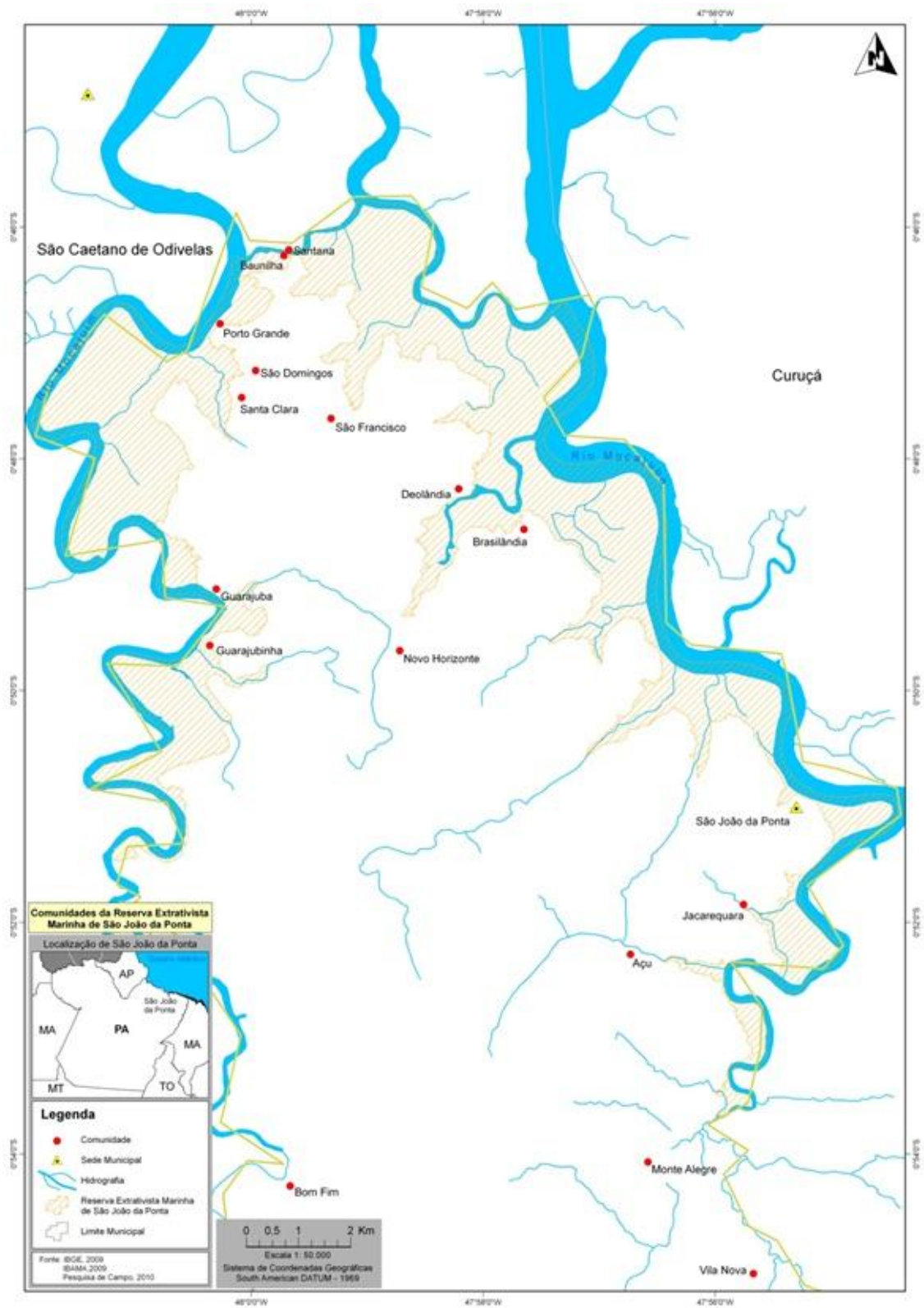
OBJETO DE ANÁLISE

O objeto a ser desenvolvido nesse artigo constitui-se na discussão da valorização do modo de vida tradicional de comunidades extrativistas de São João da Ponta-PA, entendida como meio de contribuir para a maior conservação do ambiente de sua reprodução social e, conseqüentemente, a manutenção desses sujeitos que compõem essas comunidades em seus locais de origem.

O município de São João da Ponta, criado em 1995 a partir do desmembramento do município de São Caetano de Odivelas, está localizado na mesorregião Nordeste do Pará, a qual apresenta uma extensa área de manguezais decorrente de sua localização estuarina. O município é composto por 18 comunidades (mapa 1), tendo como principais atividades de subsistência a pesca, o extrativismo ou “cata” do caranguejo e o cultivo de pequenas lavouras como complemento.

A partir de interesses manifestados pelas comunidades de São João da Ponta, atrelados às suas características ambientais, bem como seu modo de vida tradicional, o governo federal em 2002 decretou a criação de uma Unidade de Conservação na categoria Reserva Extrativista nesta área, a RESEX Marinha de São João da Ponta, que compreende aproximadamente 3.203 ha, sendo 720,84 ha de lâmina d’água e 2.482,39 ha de mangue (VERGARA FILHO, s/d). As pessoas que se utilizam dos recursos naturais da RESEX passam a ter o papel de co-gestores ambientais, em parceria com órgãos públicos, como o Instituto Chico Mendes (ICMBio) e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, entre outros. É no sentido da co-gestão do território que provém da instituição da RESEX, e da permanência dos moradores no lugar, que se ressalta a importância da valorização da identidade das coletividades de São João da Ponta.

Mapa 01: Localização da RESEX de São João da Ponta – PA e suas Comunidades.



Fonte: Blog do Grupo de Estudos em Paisagem e Planejamento Ambiental (GEPPAM): <http://geppam.blogspot.com/p/s-joao-da-ponta.html>

POPULAÇÃO TRADICIONAL

Diegues (2001) destaca quatorze tipos de populações tradicionais no Brasil e dentre estas estão os pescadores. O estado do Pará concentra a maior parcela deste grupo no país (167.494 pescadores ou 20,1% do total brasileiro)¹, e na sua porção nordeste, como em São João da Ponta, muitos destes pescadores (artesanais) são também agricultores e devido à presença dos manguezais, a coleta do caranguejo é uma das principais atividades junto à pesca.

A discussão sobre comunidades tradicionais, principalmente com esses grupos se torna mais expressiva no momento em que esses sujeitos passam a se reconhecer enquanto indivíduos que compõem uma comunidade tradicional, pois, conforme a definição da Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, é necessário que esta população se auto-reconheça como culturalmente diferenciada para que assim seja chamada. Dessa forma, se torna mais fácil discutir algumas de suas características, sendo essas notórias e às vezes até despercebidas pela constante reprodução em seu cotidiano, não taxando este de forma pejorativa pela sua repetição, pois essas ações cotidianas não podem ser entendidas como meras repetições, mas como algo constante que é fruto de heranças culturais (DIEGUES, 2001).

Da observação e vivência com tais grupos, pode-se diferenciá-los a partir de suas especificidades, manifestas em seus hábitos culturais tão peculiares, a sua vivência intra-grupo e a relação de cada um com o meio ambiente que o cerca.

Há que se dizer então que tais sujeitos por já virem construindo juntos o processo histórico de suas vidas acabaram criando laços afetivos, de compadrios, vizinhanças e parentesco em que, na maioria das vezes, grande parte de vizinhos também são parentes e que por assim dizer, sempre que alguém se encontra em situação de perigo ou que necessite da ajuda (seja financeira ou de companhia) sempre se pode contar com a presença senão da comunidade mas ao menos dos moradores mais próximos que mesmo tendo pouco para ajudar, contribuem com o que podem.

A relação das comunidades tradicionais com o ambiente natural também se expressa de maneira diferente, o que é demonstrado pelo conhecimento de todo seu território físico-natural e sua dinâmica constituinte, do que pode e quando pode ser retirado do ambiente, e se preocupam quando percebem que a caça, a pesca, ou seu cultivo usados para sua subsistência ou como um complemento em sua renda começam a se tornar

¹ Dados retirados do Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura no Brasil (2008-2009).

escassos. Trata-se, na verdade, de uma consciência ambiental, ainda que algumas vezes sem nem mesmo o conhecimento de tal expressão.

No entanto, uma observação que vem sendo feita por pesquisadores, bem como por nossas pesquisas na área de estudo, a RESEX de São João da Ponta, é que essas comunidades vem passando por um processo de perda dos seus costumes, e isso se deve, dentre outros fatores, à falta de interesse dos membros mais jovens da comunidade em aprendê-los e continuar a tradição.

Esta tradição está diretamente ligada à conservação ambiental, pois compreendem técnicas de manejo e apropriação dos recursos de baixo impacto aos ecossistemas locais. Neste sentido, Diegues (2001), em um estudo sobre a importância dos saberes tradicionais para a conservação da diversidade biológica, conclui que:

Um aspecto relevante na definição dessas culturas tradicionais é a existência de sistema de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, e pela sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, por intermédio de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais. (DIEGUES, 2001, p. 20)

Vive-se uma realidade em que técnicas, valores e modos de vida globalizantes possuem um alcance temporal e espacial nunca visto em períodos anteriores de desenvolvimento do sistema capitalista (HALL, 2006). Este processo traz em seu bojo o desejo, cada vez mais latente pelas novidades tecnológicas que se criam e recriam a cada novo segundo, no tempo rápido do capital. No caso do indivíduo que compõe uma comunidade tradicional principalmente o mais jovem, há um crescente abandono da idéia de ser responsável pelas tradições culturais de sua comunidade, devido à concomitante valorização de culturas modernas externas em detrimento da local, tradicional.

E esses indivíduos, perdendo sua identidade com o território (SOUZA & PEDON, 2007), acabam não dando mais importância ao meio ambiente em que vivem, deixando-o vulnerável a ações degradadoras externas provenientes da apropriação para fins lucrativos, o que geralmente ocasiona desmatamento, assoreamento e despejo de dejetos nos rios e igarapés. Isto revela que há nestes jovens novos interesses, ou de abandonar seu lugar em busca de oportunidades na capital ou simplesmente não seguir as atividades de

pesca, coleta e agricultura, que representam a base alimentar, econômica e parte da cultura das comunidades pescadoras e extrativistas.

CO-GESTÃO DA RESEX DE SÃO JOÃO DA PONTA

Conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Reservas Extrativistas são implementadas com objetivos de proteger os meios de vida e cultura das populações tradicionais locais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000). Para a efetivação de tais objetivos, a forma de gestão explicitada pelo SNUC foi a participativa, havendo a formação de um Conselho Deliberativo, do qual a população usuária dos recursos naturais da localidade deve participar. No se que refere à regulação do uso dos recursos naturais da RESEX, além do Plano de Manejo, há um Plano de Utilização, no qual os extrativistas são considerados os co-gestores na administração da unidade (BRASIL, 2009).

Com a criação da RESEX Marinha, se tem uma nova realidade, não do ponto de vista da presença dos recursos naturais, mas nas transformações da gestão e reconhecimento do território, pois apenas o fato de ser uma área protegida, já mostra a inserção daquele lugar numa lógica global de proteção. Cada RESEX possui além de um cadastro nacional, uma inserção internacional, a partir da identificação destas como categoria VI (*Protected Area with Sustainable Use of Natural Resources*) na lista de áreas de protegidas da UICN (União Internacional para a Conservação Natural - ONU), tendo como proposta a conservação de ecossistemas e habitats, numa junção entre valores culturais associados e sistemas de manejo tradicional². É uma verdadeira amostra do local inserido no global e vice-versa.

Além disso, no bojo da implementação da RESEX, ocorrem transformações no cenário administrativo, visto que há a presença mais constante do órgão público gestor e a formação das organizações comunitárias. Ocorrem também mudanças físicas, como no caso da chegada de infra-estruturas e serviços provenientes de programas de governo, como energia elétrica, acesso à internet, estradas e água encanada, e assim, a conseqüente atração de mais habitantes para esses lugares. No caso de São João da Ponta pode-se ressaltar a pavimentação da estrada PA-375, que liga o município ao seu contíguo, Terra Alta; o provimento de energia elétrica a partir do programa federal Luz para Todos; e

² Fonte: http://www.iucn.org/about/work/programmes/pa/pa_products/wcpa_categories/. Acesso em: 10 ago. 2011.

o mais recente, o programa Um Computador por Aluno (UCA), que distribuiu *netbooks* para alunos de 14 escolas de ensino fundamental no município (foto 1), somado ao projeto estadual Navega Pará, que viabiliza o acesso à internet gratuita.



Foto 01: Alunos de São João da Ponta com os netbooks do UCA.

Fonte: <http://www.ucatotalajp.blogspot.com/>

Considerando o grande período em que as populações tradicionais no Brasil ficaram marginalizadas em relação à organização e gestão do território, e mais especificamente em São João da Ponta, o fato de ser um município relativamente novo, composto por uma sociedade em que a maioria é extrativista e pescadora (BRASIL, 2010), torna-se importante ressaltar o crescente aparecimento da população tradicional nas discussões relativas à RESEX e aos problemas do município. Não se trata de um aparecimento no sentido apenas da participação nas convocações do Conselho, mas no auto-reconhecimento de homens e mulheres enquanto parte fundamental na construção da gestão. Estes passam a expressar-se de acordo com seus saberes adquiridos na vivência do lugar, manifestando os interesses e necessidades coletivas, assim provocando a transformação gradual de uma realidade em que a população ficava alheia às decisões sobre seu território.

O desenvolvimento da co-gestão e sua efetivação estão ligados à valorização da identidade tradicional à medida que a população local compreende que seu modo de vida é fundamental para a conservação do ambiente e que, neste sentido, é necessária a sua organização para tornar eficiente a busca de soluções e perspectivas coerentes no âmbito do desenvolvimento local. A co-gestão da RESEX de São João da Ponta tem sido demonstrada na organização das comunidades em comitês comunitários, surgindo gradativamente lideranças participativas dentre homens e mulheres.

Na RESEX de São João da Ponta foram formados agentes ambientais, que são os próprios usuários e que totalizam trinta até o presente momento. Estes agentes atuam na fiscalização e denúncia de ações danosas ao meio ambiente, além de trabalharem na conscientização de suas respectivas comunidades em relação ao uso sustentável dos recursos. Por outro lado, estes agentes gradativamente começam a se inserir nos assuntos mais voltados à qualidade de vida da população, como por exemplo, através da formação de coordenadorias de saúde, esporte e lazer, de idosos, crianças, entre outros. Dessa forma, a população cada vez mais organizada em torno da busca dos objetivos coletivos identificados, é capaz de promover o desenvolvimento sustentável sem que seja necessário o êxodo rural ou o simples abandono das práticas e saberes tradicionais. Isto é, a comunidade tradicional deve estar preparada para gerir as novidades (ou modernidades) sem que estas façam desaparecer sua cultura e territorialidades próprias.

OBJETIVO

No caso específico de populações extrativistas de áreas costeiras, foi com a criação das reservas extrativistas marinhas que estas passaram a ser reconhecidas como comunidades tradicionais, já que seu modo de vida é passado por várias gerações, tendo sofrido influências externas ao longo de processos de urbanização, mas não a ponto de extinguirem elementos herdados da tradição, na qual as relações com o meio ambiente não são meramente funcionais, mas carregadas de simbolismo.

Em meio a esse processo o presente trabalho tem como objetivo analisar e discutir a relevância da criação das Reservas Extrativistas como uma forma de incentivar a reprodução do modo de vida tradicional das comunidades envolvidas, resgatando a importância do uso sustentável e introduzindo novas alternativas, como fonte fundamental da reprodução social e do fortalecimento da gestão comunitária do território.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição de 1988 representou uma base para as mudanças que se passaram nas décadas seguintes à de 1980 no que diz respeito às políticas de reconhecimento da

diversidade sociocultural da nação. A partir de sua promulgação, novas políticas públicas passaram a contemplar as especificidades territoriais expressas através de inúmeras populações tradicionais.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo decreto federal 6.040 de 2007, identifica populações tradicionais como sendo:

“(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.” (art. 3º, inc I).

Também são chamados de povos, comunidades, coletividades ou sociedades tradicionais, havendo também quem discorde da aplicação do termo “tradicional”, pois, segundo Santilli (2005) apud Linhares (2009), alguns antropólogos acreditam haver uma forte tendência à associação com a idéia de imobilidade histórica e atraso econômico. Outros concordam que a diversidade socioambiental brasileira é muito vasta para ser aglutinada em um termo apenas, podendo haver dificuldades na elaboração de políticas que atendam as especificidades de cada grupo (LÉNA, 2002 apud LINHARES, 2009). No entanto, estes autores convergem sobre a relevância do termo no âmbito jurídico, no sentido da afirmação política da identidade destes povos, principalmente os menos expressivos politicamente.

No contexto de formação da identidade, sobre a qual Haesbaert (1997) apud Saquet et al (2009) trata como produto da força política e cultural dos grupos sociais ao reproduzirem-se no espaço, concretiza-se o território tradicional, entendido segundo o Decreto 6.040, de 2007 como “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...]” (BRASIL, 2007, art. 3º, inc. II). Estes territórios são fruto não apenas de uma funcionalidade dos recursos naturais, mas de uma relação afetiva das coletividades com o lugar, ao que Lefebvre (1986), citado por Haesbaert (2004), chama de poder de apropriação, intrínseco à carga simbólica gerada nas relações com o lugar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo é resultado da inter-relação entre pesquisadores e comunidades em trabalhos de campo que ocorrem desde 2010 em São João da Ponta, município que está

inserido em discussões sobre a conservação ambiental, principalmente devido à implementação da RESEX Marinha de São João da Ponta.

Os trabalhos de campo realizados fizeram parte da proposta de atuação de pesquisas do Programa de Educação Ambiental nas RESEX São João da Ponta e Mãe Grande de Curuçá. Na intenção de promover um retorno prático das pesquisas às comunidades dessa RESEX, foram elaboradas oficinas, palestras e trilhas em algumas comunidades visando promover a extensão acadêmica.

O presente artigo em especial foi resultado de palestras participativas³ ocorridas em uma das comunidades de São João da Ponta, a do Açú, constituída de aproximadamente 60 famílias⁴. As palestras contaram com a presença moradores, de diferentes faixas etárias, além de agentes ambientais.

As discussões evidenciadas nessa palestra foram oriundas de demandas da própria comunidade em reuniões anteriores com os seguintes representantes: agentes ambientais da RESEX, representantes do ICMBio, Instituições de pesquisa (UFPA, IFPA), entre outros que compõem o Conselho Deliberativo.

RESULTADOS

Os seguintes resultados a serem apresentados foram oriundos das discussões entre os palestrantes e os membros da comunidade que participaram.

O que se evidenciou foi que os moradores, principalmente os mais velhos, tem consciência da importância de manter suas tradições e percebem que os mais novos de sua comunidade acabam sendo envolvidos pelos desejos criados pela modernidade, e que estes, ao invés de serem os sujeitos que devem dar continuidade à cultura local acabam se desinteressando por ela, justamente por não criarem a identidade de comunidade tradicional. Dessa forma, desconsideram a importância social de seus valores, que são fundamentais para o fortalecimento da gestão local.

A falta ou pouca identificação desses povos e particularmente dos seus jovens como tradicionais acaba contribuindo em grande parte com a saída desses sujeitos para os centros urbanos ou municípios onde acreditam que podem encontrar uma

³ Os participantes da palestra não foram apenas ouvintes, pois seguiu-se a proposta do programa que é de sempre partir dos conhecimentos que os integrantes das comunidades já trazem, fazendo com que estes expressassem suas experiências e visão sobre as questões ali abordadas, a fim de valorizar o saber local. Isso explica o uso do termo “palestras participativas”.

⁴ Dados de: BRASIL (2010).

quantidade maior de serviços que acreditam serem insuficientes em seu lugar, deixando de tomar seu papel de agentes do desenvolvimento local. Por outro lado

Verifica-se, neste novo contexto de dinâmicas das áreas costeiras contempladas com RESEXs, uma grande necessidade de que as comunidades extrativistas se reconheçam como populações tradicionais e co-gestoras efetivamente, a fim de que o processo de desenvolvimento a se instalar não seja exterior aos seus verdadeiros anseios e necessidades, o que dificilmente não ocorrerá se estas populações não exercerem sua nova função, se apropriando de novos conhecimentos e estratégias, sem abandonar sua particularidade de população tradicional.

A aproximação com a modernidade, viabilizada a partir dos meios de comunicação, do contato com a sociedade dita moderna e facilitada por infra-estruturas provenientes de políticas públicas, como estrada e energia elétrica, é inevitável e positiva até certo ponto para a população tradicional de São João da Ponta, no entanto, o que determinará uma perda ou não dos costumes será a administração destas novidades. Isto é, precisam ser apropriadas pela comunidade como ferramentas que contribuam para o fortalecimento de sua organização e gestão, representada principalmente pelos comitês comunitários e também pela Associação dos Usuários da RESEX – MOCAJUIM, pois estes estão empenhados a trabalhar na elaboração de projetos socioambientais.

Partindo dessa análise, propõem-se em se pensar alternativas que vão de encontro à prática do êxodo rural, não que se esteja fazendo aqui uma discussão negativa referente à ida desses sujeitos para as grandes cidades, mas se propondo outro caminho. O de experimentar a construção de uma nova lógica, que é a de tentar conciliar a característica tradicional desses indivíduos, principalmente dos mais jovens, a alguns elementos da modernidade, sem sua saída das comunidades.

Neste contexto, setores públicos e privados que atuarem na RESEX com propostas de educação ambiental ou outros tipos de auxílio, tem o dever de valorizar em seu discurso e práticas estratégicas a identidade tradicional, acima de tudo. O conhecimento que a academia leva, por exemplo, não pode de maneira alguma ser transmitido de maneira hegemônica, como a imposição de uma verdade única, mas deve ser uma construção a partir da realidade local, junto com os moradores, que são os legítimos atores sociais daquele território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. 2000. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.**

BRASIL. 2007. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.**

BRASIL, 2009. Ministério do Meio Ambiente. ICMBio. **Plano de Utilização da RESEX Marinha de São João da Ponta.**

BRASIL. 2010. Ministério do Meio Ambiente. ICMBio. **Caracterização dos aspectos socioambientais e econômicos da Reserva Extrativista de São João da Ponta e proposta de estudos complementares.**

DIEGUES, A.C.S (org); ARRUDA, R.S.V.; SILVA, V.C.F.; FIGOLS, F.A.B.; ANDRADE, D. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** Ministério do Meio Ambiente. NUPAUB. São Paulo: 2001.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** In: I Seminário Nacional sobre múltiplas territorialidades. Porto Alegre: 2004

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 11ª ed., 2006.

LINHARES, J.F.P. Populações tradicionais na Amazônia e territórios de biodiversidade. **Revista Pós Ciências Sociais.** v. 1 n. 11 São Luis/MA, 2009.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos:** proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SAQUET, M.A; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia,** nº 31, v.1, 2009.

SOUZA, E.A; PEDON, N. R. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros.** Três Lagoas-MS, v. 1, n.º6 - ano 4, nov. 2007.

VERGARA FILHO, W. L. **Criação e Gestão de Reserva Extrativista Marinha em Área de Manguezal com Ênfase no Litoral Paraense.** CNPT/IBAMA/PA. s/d.